FEMINISMO SOCIALISTA: UM PANORAMA DO PENSAMENTO E DA LUTA DAS MULHERES

NALU FARIA

03/09/2024

A relação entre o marxismo e o feminismo é histórica, e aparece também sob outras denominações: relação entre movimento de mulheres e movimento operário, feminismo e socialismo, gênero e classe, capitalismo e patriarcado. Neste artigo, várias vezes me refiro ao pensamento ou aos sujeitos como "marxistas/socialistas" com a intenção de evidenciar a referência a esse leque amplo. No âmbito desse artigo não entrarei nos conflitos internos da relação do feminismo e do marxismo, já sistematizados por Heidi Hartmann (1981), Cinzia Arruzza (2015), Silvia Federici (2018) e outras. A abordagem será em relação a essa especificidade do feminismo marxista/socialista, ou seja, das feministas socialistas/marxistas. Nesse sentido, parto da perspectiva de que a luta feminista é coextensiva à luta de classes, antirracista e contra qualquer forma de dominação, exploração e discriminação.

NALU FARIA foi psicóloga, coordenadora da SOF Sempreviva Organização Feminista e membro do Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Militante histórica do movimento feminista e do socialismo democrático, suas elaborações permanecem atuais, sendo referência para a formação política de nossa tendência política.

1. Originalmente publicado em: https://marxismo21.org/o-feminismomarxista/. Publicação autorizada pelo organizador do dossiê, a quem agradecemos.

Um ponto de partida interessante para essa abordagem é uma expressão de Cinzia Arruzza (2015, p.21), ao afirmar que o "feminismo nasceu do resquício das revoluções burguesas e se encontrou muito rapidamente com as mobilizações e revoluções sociais". Ou, nas palavras de Clarisse Paradis e Sarah de Roure (2014, p. 130), "feminismo e socialismo desenvolveram-se em um mesmo contexto histórico, confrontando-se com a aceleração do desenvolvimento capitalista".

Essas premissas se referem a três aspectos fundamentais da relação entre feminismo e marxismo. O primeiro é a análise de que a situação de subordinação das mulheres é decorrente do processo histórico, e não de uma inferioridade biológica. O feminismo marxista/socialista também têm como base comum a visão de que é a partir da construção de sujeitos políticos que se pode alterar a realidade e eliminar essa situação de subordinação. E um terceiro elemento é a concepção de que são as bases materiais que determinam tal relação de desigualdade. Desde seu início, o marxismo é fundamental para elaborar uma compreensão sobre as relações sociais. A socióloga Danièle Kergoat discute com profundidade essas relações, que afirma serem marcadas, no capitalismo, por antagonismo e conflito entre dois grupos sociais, que têm como centro da disputa uma base material. No caso dos homens e das mulheres, esse conflito se dá através da divisão sexual

do trabalho, que separa e hierarquiza o trabalho de acordo com o gênero.

A abordagem marxista/socialista no feminismo tem como questão fundante a social, ou seja, a necessidade de incorporar, no debate sobre a opressão das mulheres, a dimensão de classe. Essa compreensão leva a uma conclusão prática: a de que o horizonte da luta feminista é indissociável da luta socialista pela superação do capitalismo.

Não há como construir, portanto, plena igualdade para as mulheres dentro dos marcos do capitalismo, pois ela necessita de uma profunda transformação do modelo. Essa busca, que parte da visão marxista, de uma compreensão global do modelo e da necessidade de transformação, fez com que dimensões da vida social antes invisíveis tenham sido observadas desde essa perspectiva histórica e das relações sociais. Um exemplo é o tema da escravidão e o envolvimento das mulheres na luta abolicionista. Mesmo que não tenha significado, logo de início, uma sintetização sobre o avanço do capitalismo e sobre seu uso das relações escravistas na constituição de sociedades profundamente racistas, o envolvimento das mulheres na luta contra a escravidão é exemplar de uma prática de luta coletiva que incorpora a imbricação entre as relações de raça, classe e gênero e pretende alterá-la sem perder nenhuma ponta deste nó.

A existência de uma base material na opressão das mulheres, bem como o esforço de aprofundar a análise da opressão como ocorre no capitalismo, são elementos que levaram as feministas socialistas/marxistas a olhar criticamente para aspectos de análises clássicas do marxismo que eram insuficientes para abarcar o conjunto de experiências das mulheres. Evidentemente, o tema do trabalho esteve no centro desses estudos e questionamentos. Eles partem de um debate que aponta como as análises clássicas não se aprofundaram suficientemente na esfera da reprodução e do trabalho doméstico. Além disso, apontaram limitações em relação à abordagem do trabalho assalariado das mulheres. Ou seja, não se analisou a forma específica de exploração das mulheres na sociedade capitalista moderna, tarefa que foi realizada posteriormente pelas feministas socialistas/marxistas.

Nesse debate, também foi muito importante dar continuidade à análise do papel da família. Esse foi um tema emblemático no pensamento de Marx e Engels, uma vez que eles viram na família mais um produto da história e uma instituição determinante para a organização da subordinação das mulheres. Foi a partir do eixo da família que Marx e Engels agregaram à análise social a dimensão da dependência econômica das mulheres e o papel opressivo da família, que acompanha a hipocrisia e a dupla moral. A solução que deram, porém, foi insuficiente: a de que a entrada das mulheres no trabalho assalariado traria, por si, condições suficientes para alterar as relações afetivas com os homens (Álvarez, 2013). As análises posteriores mostraram o que eles não perceberam: a forma como o capitalismo atuou para a remodelação da família mononuclear e a tornou o espaço de exercício da supremacia masculina, mesmo entre a classe trabalhadora.

Nesse sentido, foi fundamental a contribuição das feministas no questionamento ao modelo de família mononuclear e da heterossexualidade, imposições que coincidem com o desenvolvimento do capitalismo, e que foram fundamentais para garantir a separação do trabalho entre produção e reprodução. Essa separação é estruturante da divisão sexual do trabalho e é fundamental para compreender a supremacia masculina no capitalismo, além de estar vinculada com a naturalização da violência patriarcal, instrumento sistêmico desse modelo. As novas elaborações sobre divisão sexual do trabalho são notáveis, neste longo processo de construção de ferramentas teóricas e conceituais.
Um destaque é a formulação em torno da co-extensividade das relações de classe, raça e sexo (ou gênero), teorizada por Danièle Kergoat sob o conceito de consubstancialidade. Tal aporte permite uma visão não mecanicista sobre as relações sociais, e dá elementos para uma prática política feminista realmente antissistêmica.

Para compreender a experiência do feminismo marxista/socialista, um elemento fundamental é a visão expressada por Marx sobre a relação entre teoria e prática, na qual a teoria se constrói a partir da prática. Isso é muito pertinente quando olhamos para aquela que é conhecida como a primeira onda do

feminismo, que envolve o final do século XIX até os anos 1930. Nesse período, havia uma forte organização das mulheres burguesas e de classe média nas lutas por mudanças jurídicas: direito ao voto, direito de propriedade, direito de exercer determinadas profissões. E, embora não expressassem preocupação com a justiça social e com a situação das trabalhadoras, era fato que atraíam a atenção das mulheres da classe trabalhadora.

Foi nesse contexto que as mulheres socialistas buscaram formas de organizar as mulheres da classe trabalhadora para se posicionar frente à luta feminista. O que quero enfatizar aqui é justamente essa dimensão das práticas e sua relação com a teoria e o pensamento. Ainda há muitas análises desse período que enfatizam as limitações do marxismo em compreender a especificidade da opressão das mulheres; e consideram que a situação das mulheres foi tratada apenas como questão de classe. Muitas vezes, tais análises se ancoram no fato de que, nas resoluções da época, se considerou que as organizações das mulheres deveriam ser as mesmas organizações gerais da classe, sob um discurso que reconhecia a importância de incorporar as mulheres na luta pelo socialismo.

TEORIA E PRÁTICA DAS MULHERES PARA MUDAR O MUNDO

Mas, do ponto de vista prático, o que significou a organização das mulheres socialistas? A partir da ação das feministas socialistas, houve a organização das mulheres nos partidos socialistas, assim como a construção de uma agenda própria de luta das mulheres. Nesse processo, inclusive, é emblemática a origem de um Dia Internacional de Luta das Mulheres a partir da iniciativa das mulheres socialistas, assim como a participação na revolução bolchevique e a organização para que a revolução incorporasse as reivindicações e políticas para as mulheres. Há que considerar que as socialistas fizeram esse grande esforço de organizar as mulheres e que, entre elas, haviam diferentes posicionamentos e abordagens. Esse esforço envolveu um árduo e corajoso trabalho de organização das mulheres por dentro dos partidos socialistas, inclusive incorporando a pauta da luta pelo direito ao voto e exercendo um papel importante, ainda que invisibilizado, na internacionalização e proletarização dessa luta, vinculando-a à reivindicação do direito ao voto universal.

Nos últimos anos, vários estudos e análises sobre marxismo e feminismo vêm sendo retomados. Isso é bastante animador, pois há a possibilidade de reparar o silenciamento, a distorção e o sectarismo de setores do feminismo com o marxismo. Não só do ponto de vista teórico, mas de toda a experiência prática e a grande contribuição das mulheres socialistas para a construção do movimento de mulheres. Vários exemplos podem ser citados nesse sentido, mas vou me referir a três que estão conectados: a origem do 8 de março como dia internacional de luta das mulheres e o papel das socialistas, as mulheres na revolução e a construção de políticas após a revolução ancorada em uma potente organização das mulheres.

Temos disponíveis em português três livros que sistematizam muito bem essas contribuições, respectivamente, Origens e histórias do dia internacional de luta das mulheres, de Ana Isabel Alvarez Gonzales (2010), Mulheres e a revolução russa, organizado por Graziela Schneider nos 100 anos da revolução bolchevique, que nos brinda com textos inéditos e preciosos que mostram a amplitude dos debates e reflexões realizados pelas mulheres atuantes na revolução russa, e Mulher, Estado e Revolução, de Wendy Goldman (2017). É extremamente animador pensar que não se apresentará mais o marxismo como uma questão dos homens e o feminismo, das mulheres; ou seja, que a ação e o pensamento das mulheres socialistas nos últimos 200 anos vêm sendo reconhecidos e que, então, possamos retirar muitas aprendizagens que ainda estão por ser feitas.

Assim como no século XIX, a partir dos anos 1960 a grande mobilização feminista rapidamente se internacionalizou, em particular para América Latina e Caribe e depois para outras regiões.
Essa chamada segunda onda ocorre em uma situação mais complexa em relação à luta de classes – a polaridade entre socialismo real e capitalismo, Estado de bem-estar e a relação com os países do sul chamados de subdesenvolvidos. A experiência feminista se inicia nos países capitalistas do norte, muitos com o Estado de bem-estar, e com ênfase nos problemas vividos pelas mulheres da classe média.
Aí, encontramos uma experiência conflitiva das mulheres de esquerda em suas organizações e movimentos.

Nos 1980 e 1990, essa experiência conflitiva se expressou em uma caracterização/definição de que, no movimento, existiam as feministas e as "políticas", se referindo à diferença entre as que atuavam apenas nos espaços dos movimentos de mulheres – as feministas – e as que combinavam o que se chamava de "dupla militância", atuando em partidos e movimentos mistos – as "políticas".

Houve também uma outra caracterização, que falava da existência de dois movimentos distintos: o de mulheres e o feminista podem ser analisadas como exemplos da tensão entre uma certa visão de feminismo e a compreensão de como forjar um movimento das mulheres da classe trabalhadora com identidade feminista. Mas mais do que isso: compreender o que está implicado no estranhamento e refletir sobre essas dimensões, a da prática feminista e a de "ser" feminista. É preciso recuperar que, nesse período havia contradições no campo de grande parte da esquerda, em parte por considerar a pauta feminista como pequeno-burguesa, mas também pelas contradições reais nas relações entre as mulheres de classe média – a maioria das que se assumiam como feministas – e a realidade concreta das mulheres de classe trabalhadora.

Beth Lobo (2011) nos deixou reflexões muito valiosas, atuais até os dias de hoje, sobre a construção das mulheres dos setores populares como sujeitos políticos, junto à constituição de uma identidade coletiva. Esta ação partia do cotidiano, ressignificando a relação entre público e privado (IBIDEM). A experiência de militantes feministas socialistas que, desde os anos 80, priorizaram atuar junto às mulheres dos setores populares, é sintetizada nos vários relatos em que as mulheres diziam: "se isso é ser feminista, então eu sou". Ou seja, estava em curso, a partir de sua organização, a construção de uma visão crítica sobre a desigualdade de gênero.

Ao participarem de algum debate ou formação feminista realizada a partir de sua realidade cotidiana, as mulheres desmistificavam a visão que tinham sobre feminismo, visão essa muitas vezes advinda dos preconceitos de alguns setores da esquerda dos temores em relação às mudanças que implicaria em sua vida ou mesmo do distanciamento, como se fossem questões que não eram aplicáveis a sua vida – já que, em geral, os temas considerados feministas partiam de uma análise muito baseada no "ser mulheres" dos setores médios.

Foram as mulheres negras as mais ativas no questionamento de uma visão distante das suas realidades do que é ser mulher. Já é bastante conhecido (pois vem sendo ativamente retomado) este contraponto posicionado a partir da realidade das mulheres negras, onde dois aspectos centrais são a negação da feminilidade hegemônica e um violento processo de desumanização. É nesse mesmo sentido que se propõe a recuperação histórica do discurso de SojournerTruth "E não sou uma mulher?" (1851).

A partir desses debates, é frequente a demarcação de que há marcas de classe para as mulheres negras, lésbicas, migrantes, jovens, mas o ponto de vista da mulher da classe média ou de mulheres trabalhadoras em países capitalistas centrais continua sendo o lugar de onde se olha para as margens. É, também, o que define a referência de subjetividade, de liberdade sexual, de relações amorosas, maternidade, corpo etc. Ao mesmo tempo, há que se considerar o peso da cultura e ideologia dominante para estabelecer um modelo, um padrão a partir do qual se normatiza e hierarquiza as mulheres. Com essa afirmação, penso que é importante relativizar alguns limites do feminismo em relação a esses temas, pois o modelo hegemônico, de formas muito concretas, é parte do cotidiano da maioria das mulheres como forma de disciplinamento e também de produção do mal-estar com o ser mulher.

Esses elementos nos mostram como há um conjunto de questões ainda em aberto, em processo, para continuar a reflexão a partir do feminismo socialista/marxista. Para, enfim, aprofundar a reflexão teórica e superar a visão de que a essência do feminismo e da luta pela libertação das mulheres seja constituída fora do marxismo.

A conjuntura atual está marcada pela imbricação do neoliberalismo com o conservadorismo moral. Está na realidade do Brasil e de várias partes do mundo, em um processo de reforço da extrema direita. Não é,

porém, algo “fora do lugar” no contexto histórico em que estamos vivendo. Vários autores têm chamado a atenção para a ofensiva do capital, que, nas palavras de David Harvey (2004), está em um processo de acumulação por despossessão, ou em um outro período de acumulação primitiva, nas palavras de Silvia Federici.

O feminismo socialista tem contribuído de maneira significativa para a construção da crítica ao neoliberalismo. A elaboração de uma crítica totalizante do que ocorre nesse sistema de dominação, exploração e discriminação faz parte dos nossos desafios e também é parte da essência do marxismo. Nesse sentido, a contribuição de Wendy Brown (2019), quando analisa que o neoliberalismo é, ao mesmo tempo, liberal e conservador, contribui para entendermos a emergência de governos como o de Bolsonaro, onde se dá a fusão dessas duas dimensões.

Nesse contexto, as mulheres estão no centro desses ataques: em parte, como uma resposta ao seu processo de rebeldia e luta nas últimas décadas, mas também pela necessidade do capitalismo patriarcal e racista de controlar o corpo e o trabalho das mulheres.

Esse controle se dá no âmbito assalariado, mas também no de garantir que as mulheres sigam carregando sobre suas costas a sustentabilidade da vida, com o trabalho doméstico e de cuidados feminizado e desvalorizado. Essas são algumas condições que esse sistema necessita para impor a precarização geral da vida para a maioria enquanto uma pequena minoria acumula uma quantidade de riqueza cada vez maior. Com o acirramento dos setores políticos de direita, governos e empresários combinam sua ofensiva sobre as mulheres com uma reação conservadora, antifeminista, ao mesmo tempo em que se mascaram como aliados, através de uma política corporativa que chamamos de “maquiagem lilás”.

Essa realidade de ataques às mulheres não tem arrefecido a luta feminista e o papel das mulheres nas resistências a esse modelo. Evidentemente, a atuação das mulheres é ampla, diversa, plural e composta por diferentes formas de organização e agendas, mas pode-se afirmar que essas agendas e posicionamentos, na maioria das vezes, também carregam muitos elementos de sentido comum.
Há um reconhecimento na esquerda de que as diferentes experiências feministas que atuam num campo de crítica ao modelo contribuem para o enfrentamento a esse governo. Mas é um desafio o de reiterar o debate inicial, da relação com a dimensão de classe, tanto para se referir à agenda política como para pensar na organização e em como e de onde as vozes feministas se expressam. E, junto a isso, reforçar a construção permanente, a coesão, a ação coletiva, a definição democrática das agendas, tendo a aliança como princípio de luta.

Em determinados espaços e debates nesse momento, quando se fala em feminismo ou luta das mulheres, o que se aciona enquanto representações é apenas uma parte dessas organizações ou mobilizações. Há, portanto, uma infinidade de processos que ficam invisibilizados, e que são, justamente, parte daquelas que seguem lutando a partir de questões do cotidiano, que remetem principalmente ao âmbito da esfera da reprodução, determinante na produção do viver e na sustentabilidade da vida. São anos de lutas orientadas pela vida em disputa com o avanço do mercado (MMM, 2015). Fruto desse processo de luta e de construção de ações coletivas, é a construção dos comuns no espaço urbano, indo além da relação com o Estado e o mercado. Trata-se da construção de práticas baseadas na solidariedade, na autogestão para organizar outras formas de produzir as condições da existência da humanidade e da natureza.

No Brasil, já há uma grande organização das mulheres em movimentos ou espaços de auto-organização, com consciência feminista, tanto nos setores do campo como da cidade. A partir das resistências, resiliências e propostas das mulheres, essa visão do feminismo como parte de um projeto antissistêmico concretiza uma ação que coloca a vida no centro, através da compreensão de nossa interdependência como seres humanos e de nossa dependência da natureza. Por isso, mais do que o desafio de incorporar o eixo da classe no cerne da atuação política feminista, está também o de incorporar ao debate global a perspectiva feminista sobre o que deve ser o desmantelamento do capitalismo racista e patriarca,
tendo como base o acúmulo do pensamento feminista marxista/socialista e, como exemplo, as experiências

coletivas já construídas, ou em construção, pelas mulheres.

Referências:

ÁLVAREZ, Ana de Miguel. La articulación Classica del Feminismo y el Socialismo. Espanha. La Caja de Herramientas Biblioteca Virtual OMEGALFA. 2013.
ARUZZA, Cinzia. Las sin parte. Matrimonios y Divorcios entre Feminismo y Marxismo. Barcelona: Colleción Crítica & Alternativa, 2015.
BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. São Paulo: Editora Politeia, 2019. DAVIS, Angela. Mulheres, raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
FARIA, Nalu. Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal. Caderno Sempreviva. São Paulo: SOF, 2019.
FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org). Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida. São Paulo: SOF, 2017.
FEDERICI, Silvia. El patriarcado del Salário. Críticas feministas al marxismo. Buenos Aires:Tinta Limón, 2018.
GOLDMAN, Wendy Z. La Mujer, El Estado y la Revolución. Buenos Aires.EdicionesEPS. 2010.
GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres. São Paulo. SOF/Expressão Popular, 2010.
HARTMANN, Heidi. “O casamento infeliz do marxismo com o feminismo; por uma união mais progressista”. In: SARGENT (Org.). Women and Revolution. Boston: South and Press, 1981. Versão traduzida pelo NEMGE/USP.
HARVEY, David. O “novo” imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante. despossessão. Revista Margem Esquerda, 5, p. 31-41, 2004.
HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo. Rio de Janeiro. Rosa dosTempos, 2018.
KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 86, Mar. 2010.
MMM Marcha Mundial das Mulheres. Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento. SOF: São Paulo, 2015.
PARADIS, Clarisse, ROURE, Sarah. Origens históricas do feminismo socialista e as mulheres na Rússia revolucionária. Revista Democracia Socialista, n. 01, 2013.
SCHNEIDER, Graziela (org). A Revolução das Mulheres. São Paulo: Boitempo, 2017. SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo:Fundação Perseu Abramo, 2011.

www.democraciasocialista.org.br

1.